

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos

Elder Andrade de Paula

Professor Adjunto do DFCS da UFAC, Coordenador do Núcleo de Pesquisa: Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental

Correio eletrônico: elderpaula@uol.com.br

Resumo: O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Acre completa três décadas de existência em 2005. Assumindo a condição de protagonista da luta de resistência pela terra, conquistou êxitos relevantes no reordenamento da estrutura fundiária no território acreano. Em razão dessas conquistas e da ascensão ao poder executivo estadual de uma coalizão partidária liderada pelo Partido dos Trabalhadores, identificado historicamente com esse sindicalismo, construiu-se no período recente, um vigoroso consenso em torno da idéia de triunfo no que se refere tanto aos problemas relativos à regulamentação da posse e uso da terra, quanto na adoção de inovações produtivas. O objetivo deste artigo é questionar essa visão triunfalista, colocando em relevo não só as conquistas como também, os retrocessos que têm se aprofundado neste período.

Palavras-chave: sindicalismo rural, reforma agrária, Amazônia, Estado, modernização

El Movimiento Sindical de los Trabajadores Rurales y la Lucha por la Tierra en el Estado de Acre (Brasil): avances y retrocesos

Resumen: El movimiento sindical de los trabajadores rurales de Acre completo tres décadas de existencia en 2005. Asumiendo la condición de protagonista en la lucha de resistencia por la tierra conquisto éxitos relevantes en el reordenamiento de la estructura de tierras agrarias del territorio acreano. Debido a estas conquistas y a la subida al poder ejecutivo estatal de una coalición de partidos liderada por el Partido de los Trabajadores identificado históricamente con ese sindicalismo se construyo recientemente un consenso vigoroso en torno a la idea de triunfo en lo relativo tanto a la regularización del uso y pose de la tierra como a la adopción de innovaciones productivas. El objetivo de este artículo es cuestionar esa visión de triunfo colocando en relieve no sólo las conquistas sino también los retrocesos que se han profundizado recientemente

Palavras-chave: sindicalismo rurale, reforma agrária, Amazônia, Estado, modernización

Advances and Retreats:

The Rural Laborers' Union Movement and the Struggle for Land in Acre

Abstract: The Rural Laborers' Union Movement in the state of Acre, Brazil, completed three decades of existence in 2005. Assuming leadership in the struggle for land in the state, it succeeded in forcing changes in Acre's agrarian structure. Encouraged by its ascension to the state executive of a political coalition lead by the Workers' Party (PT), the Movement worked vigorously to construct a consensus around the idea of its triumph over the problems relative to the regulation of the ownership and use of land, as well as the adoption of productive innovations. The object of this article is not only to question this triumphant vision, contextualizing supposed victories, but also to examine defeats that have worsened in the recent period.

Keywords: rural labor unions; agrarian reform; the Amazon; Government; modernization.

Revista NERA	Pres. Prudente	Ano 7, n. 5	p. 86-101	Jul./dez. 2004
--------------	----------------	-------------	-----------	----------------

Apresentação

Após um longo tempo de denúncias contra a destruição ambiental e as mazelas sociais produzidas pela expansão capitalista na Amazônia no pós 1964, Passou-se a assistir nos anos 90, uma gradativa mudança de enfoque nas abordagens sobre a região. Os meios de comunicações em geral e a produção acadêmica em particular, enfatizaram a idéia de que estaria em curso a reversão do "modelo" anterior que gradualmente cedia lugar a alternativas de "desenvolvimento sustentável". Assim, diversas experiências consideradas inovadoras nesse campo, como as de Xapuri, passam a ganhar visibilidade no cenário nacional e internacional.

Dado que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - MSTR, no Acre exerceu papel destacado nas lutas de resistência na região amazônica, consideramos oportuno dialogar com esse "consenso" partindo de um balanço inicial dos resultados obtidos por esse sindicalismo. Nessa perspectiva, pretende-se nesse artigo¹ mostrar que a trajetória desse movimento é marcada por conquistas importantes sim, mas também por retrocessos não menos relevantes sob o ponto de vista analítico desse processo. Para cumprir essa finalidade, o subdividimos em três seções: Expansão da fronteira na Amazônia e a resistência do MSTR no Acre ; O "empate" contra a "modernização" na Amazônia ; Da resistência pela terra à re-existência sob a mercantilização da natureza e, por fim , as conclusões.

Expansão da fronteira na Amazônia e a resistência do MSTR no Acre

O processo de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia tem sido bastante analisada nos últimos trinta anos. Em linhas gerais, formou-se um consenso em torno da idéia de que a atuação do Estado - materializada em um conjunto de políticas e estratégias de cunho intervencionista - desempenhou papel decisivo na atração de capitais para a região². A inserção da economia regional no novo ciclo de acumulação em curso no país, pressupunha, necessariamente, transformações na sua base produtiva, na estrutura de mercados e na sua configuração demográfica.

Como é sabido, a floresta amazônica foi considerada ou percebida pelo núcleo dirigente do Estado e seus aliados internacionais, principalmente os norte-americanos, como um obstáculo a ser vencido no curso da modernização capitalista. A absorção do progresso técnico implicava na derrubada de uma parcela substancial de suas florestas³. Assim, com a justificativa de resguardar as fronteiras nacionais, o Estado procura impor um projeto de modernização na Amazônia que, a exemplo das demais regiões do país, caracteriza-se pela exclusão social de significativa parcela da população e privilegia grandes grupos empresariais com diversos incentivos fiscais e financeiros, no intuito de dirigir investimentos para essa nova fronteira. Propôs-se inicialmente através do Plano de Integração Nacional – PIN (junho de 1970), posteriormente, via I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a realização de investimentos de grande monta em infra-estrutura na região, que englobavam desde a construção de extensos eixos rodoviários – como a Transamazônica, a Cuiabá-Rio Branco e a Cuiabá-Santarém – destinados à integração regional e nacional, modernização do sistema de navegação fluvial,

¹ Esse artigo é resultado de um conjunto de pesquisas que venho realizando sobre essa questão nos últimos 15 anos, bem como, de minha experiência de participação no MSTR no Acre no período de 1984-95.

² A esse respeito, consultar entre outros: Cardoso & Müller (1978); Martins (1984); Velho (1979); Sorj (1980).

³ Os devaneios e obsessões para atingir esses objetivos eram ilimitados, como o revela a conhecida proposta dos norte-americanos do Instituto Hudson - com seu refinado pragmatismo - de represamento do rio Amazonas para a formação de um imenso lago que inundaria boa parte da floresta (VELHO, 1979).

implantação de sistemas de comunicação, ampliação da produção de energia elétrica etc. Desse modo, pretendia-se colocar em marcha o processo de modernização econômica da região⁴.

De acordo com as diretrizes do II PND, dever-se-ia promover uma redistribuição de terras nas áreas em que o sistema de propriedade fundiária fosse considerado obstáculo à modernização da agropecuária. Na verdade, os programas de colonização previstos no II PND apoiavam-se no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, que transferia dos governos estaduais para o controle da União, as terras devolutas situadas nas margens das rodovias federais, numa extensão de cem quilômetros, "cabendo ao Conselho de Segurança Nacional decisões fundamentais sobre elas". (Martins, 1984; 45). A atuação governamental consubstanciada nesses planos, expressará, segundo Delgado (1985; 105), "a estratégia através da qual o regime tentará fomentar a modernização da agricultura 'tradicional' e das áreas novas de fronteira agrícola da Amazônia". Nesse sentido, continua o referido autor, "a década de 70 assiste, com o I PND e o reforço do II PND, ao lançamento de um elenco de programas especiais, projetos de desenvolvimento rural integrado e programas de pólos de desenvolvimento que serão os instrumentos por excelência da tentativa de integração dessas regiões e seus agricultores à modernização".

A incorporação do Acre nesse projeto de "modernização" assentava-se na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva de corte. Essa estratégia do governo federal apoiava-se fortemente na oferta de incentivos fiscais, complementada por outros incentivos oferecidos pelo governo estadual. Esses atrativos, somados às possibilidades de especulação com o mercado de terras, abriram passagem para a expansão da frente agropecuária no início dos anos 70. Os seus impactos na estrutura agrária acreana foram imediatos. Em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas no Incra encontravam-se sob o domínio de investidores do Centro-Sul, em sua maioria, oriundos do estado de São Paulo.

De acordo com (SANT'ANNA, 1988; 169-170) a expansão capitalista para o estado do Acre segue rigorosamente as características ditadas pelo núcleo mais dinâmico do processo de acumulação no território nacional, "a conquista do Acre não é uma corrida de pioneiros, nem a epopéia de idealistas e abnegados que a propaganda oficial e burguesa alardeia, mas a marcha batida do capital que se expande coletivamente, subordinando tudo a seu domínio". Por esta razão, continua o referido autor "aí também se reproduzem, à moda local, relações capitalistas que rebatem a estrutura monopolista dos pólos difusores, concentrando e centralizando a riqueza social, sobretudo a terra, e os recursos coletivos administrados pelo Estado".

A rigor, a concentração da propriedade fundiária não representou nenhuma novidade no Acre. Em 1970, momento imediatamente anterior ao processo expansionista, a estrutura fundiária apresentava a seguinte configuração: 514 imóveis com áreas acima de 1.000 ha ocupavam 93,59% das terras cadastradas, 526 estavam na faixa de 101 a 1000 ha, equivalentes a 4,63%, 2.807 na faixa 1,0 a 100 ha, correspondentes a 1,78% da área cadastrada (INCRA, 1998). Vale ressaltar, contudo, que a substituição do extrativismo da borracha natural pela pecuária extensiva de corte, como "carro chefe" da "modernização" no agro acreano, representava uma séria ameaça tanto às oligarquias quanto aos segmentos sociais subalternos no campo. Aos primeiros, em função do risco efetivo de perderem o monopólio do acesso e controle dos recursos públicos⁵ e de redução de sua fonte de lucro no território: a exploração dos produtores diretos. Aos segmentos sociais subalternos (seringueiros, ribeirinhos, colonos e índios), porque a nova modalidade de

⁴ A construção dessas estradas contou entre 1968/72, com financiamentos do Banco Mundial e BID, da ordem de 400 milhões de dólares, que significou o "maior empréstimo já feito a um país para construção de estradas" (Linhares, 1992: 14).

⁵ Os financiamentos e incentivos estatais alocados via Sudam, até 1986 revelam a prioridade dada à pecuária extensiva de corte. Dos 27 projetos aprovados o número e o percentual de valores totais alocados por setor foram respectivamente: agropecuário 18 e 77% ; industrial 5 e 12%; agroindustrial 2 e 10%; serviços básicos 2 e 1% (Sant' Anna, 1988).

posse e uso da terra implicava necessariamente na expropriação das áreas por eles ocupadas. Deve-se lembrar que 72% da população do estado vivia no campo e que “85,3% das famílias ocupadas no setor primário não eram proprietárias das terras que cultivavam” (SILVA, 1982; 48).

Em trabalho concluído recentemente (Paula, 2003), analisamos a luta de resistência pela terra à luz desses impasses inter-classes dominantes e dos acirrados conflitos entre estas e os segmentos sociais subalternos no campo. Nesse cenário, a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, através da instalação de uma Delegacia Regional em 1975, foi decisiva. A medida que inseriu os interesses dos “de baixo” nas disputas políticas em torno do reordenamento da estrutura fundiária, a Contag acabou criando enormes obstáculos a uma conciliação “por cima” entre as classes dominantes naquele período.

Como lembram Pinto (1978) e Medeiros(1989), a partir de meados da década de 1970, a Contag passa a perceber que a reforma agrária não dependia apenas da decisão política do Estado e passaria a apostar mais na organização dos trabalhadores rurais como forma de reivindicar a aplicação do Estatuto da Terra. No intervalo entre 1975-77 a Delegacia Regional da Contag fundou sindicatos nos sete municípios existentes no Acre naquele período (Paula,1991). Sob contexto de domínio religioso absoluto do catolicismo, o apoio da Prelazia do Acre e Purus via Comissão Pastoral da Terra - CPT (organizada no estado em 1975) foi fundamental nesse processo de organização, particularmente no que tange a defesa intransigente da liberdade e autonomia sindical, expressa de forma lapidar na seguinte formulação,

Somos pela liberdade de organização sindical, somos favoráveis a um sindicalismo que represente só o esforço de defesa dos trabalhadores. Um sindicato apadrinhado e controlado assim pelo governo, ou por dirigentes vendidos, pelegos, não é um sindicato verdadeiro(...).Defendemos o direito que os trabalhadores têm de se organizarem em defesa de seus interesses sem a tutela e o controle de ninguém.(BOLETIM da CPT, mar/abr 1978).

Partindo de um agente social vinculado a uma autoridade religiosa, esses valores acabam exercendo influências significativas na formação desse sindicalismo. A idéia de autonomia sindical “plantada” sob contexto de expropriação violenta dos segmentos sociais subalternos no campo, concorre efetivamente para conferir um caráter singular à luta de resistência pela terra protagonizada pelo MSTR no Acre: a combinação de mobilizações coletivas com atuação institucional, orientada para o cumprimento do Estatuto da Terra. Isso ocorre no auge da ditadura militar. Como demonstra Medeiros (op.cit), nesse período a organização e as práticas do sindicalismo rural no Brasil.estão pautadas, via de regra, em políticas assistencialistas.

No Acre, a Contag elegeu como prioridade as seguintes bandeiras de lutas: 1) não pagamento da renda ao patrão seringalista⁶; 2) cumprimento da Lei no sentido de assegurar aos “posseiros” os seus direitos a propriedade de um lote de terras; 3) cumprimento da legislação trabalhista para os assalariados rurais, ocupados majoritariamente, naquele período, nas atividades de desmatamento. A resistência na terra estava indissociavelmente vinculada ao não pagamento da renda. Isto é, a negação de uma relação jurídica (arrendamento) era essencial para enquadrar os seringueiros na condição de “posseiros”. O enquadramento nessa categoria, os transformava em portadores legítimos do direito a propriedade legal de um lote de terras (PAULA, 1991).

Dado que a permanência na terra passa a constituir-se no elemento fundamental de resistência, os desmatamentos para fins de implantação de projetos agropecuários passam a representar uma séria ameaça aos posseiros em geral e aos seringueiros em particular. Em outras palavras, a derrubada da mata representava a eliminação das possibilidades materiais de sua sobrevivência, via destruição de suas fontes de renda baseada no extrativismo (principalmente as árvores de seringa e as castanheiras) bem como,

⁶ Além da brutal exploração a que estavam submetidos sob domínio das relações mercantis, os seringueiros eram obrigados ainda a pagar aos patrões seringalistas o equivalente a 10% da sua produção anual de borracha.

progressiva extinção da fauna e flora que compõem a base de sua alimentação. É nessa perspectiva que deve ser compreendida a emergência de ações coletivas destinadas a impedir os desmatamentos, denominadas regionalmente como “empate”⁷.

O primeiro “empate” foi realizado em março de 1976, no Seringal Carmem, município de Brasília. A iniciativa de “empatar” o desmatamento partiu dos “posseiros” dessa área e contou com o apoio da direção do recém fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, daquele município. Armados com suas espingardas de caça, aproximadamente sessenta homens cercaram o acampamento dos “peões” contratados pelo fazendeiro para realizar a derrubada da mata. A estratégia da Delegacia Regional neste caso e nos demais “empates” que o sucederam foi extremamente astuciosa. Por um lado, ela orientou a direção do STR de Brasília para que não assumisse a autoria do movimento, devia-se sustentar que a decisão havia sido tomado autonomamente pelos “posseiros” da área. Por outro, tomou a iniciativa de encaminhar relatórios ao Conselho de Segurança Nacional, Secretaria de Segurança Pública estadual e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. O conflito foi solucionado após uma reunião entre as partes envolvidas (seringueiros, direção do STR, Delegacia da Contag, fazendeiro e Incra), na qual os seringueiros aceitaram trocar suas colocações por lotes de 25 há (PAULA, 1991).

Apesar da generalização dos conflitos sociais pela posse da terra e do crescimento da organização sindical, as diretrizes do governo permaneceram voltadas para a legalização do latifúndio. Em 1978, por intermédio do Conselho de Segurança Nacional foi editada a Exposição de Motivos 77/78, cujo objetivo primordial era facilitar a regularização jurídica dos imóveis situados na faixa superior a 2.500 ha. O acesso dos “posseiros” a propriedade da terra permaneceu extremamente restrito a uma inclusão de parte deles nos projetos de colonização oficial criados no estado a partir de 1977. A evolução das áreas cadastradas pelo Incra, indicadas no quadro 1 em anexo, mostra com nitidez os principais beneficiários da política governamental naquele período.

A tendência indicada na evolução cadastral apontava, portanto, para a consolidação de um modelo concentrador da propriedade fundiária. Embora uma parcela restrita dos segmentos sociais subalternos tenha conquistado, via organização sindical, o acesso a propriedade da terra, os seus problemas não haviam sido resolvidos. Muitos seringueiros que trocaram suas “colocações” por um lote de terras, acabaram, por falta de infra-estrutura mínima, tendo sua sobrevivência inviabilizada. O mesmo acontecia nas áreas de colonização oficial, onde as condições gerais de vida eram dramáticas. sob esse contexto e os impactos do assassinato de Wilson Pinheiro, presidente do STR de Brasília e principal liderança do sindicalismo rural acreano naquele período, esse movimento passará a questionar as estratégias adotadas até então.

O “empate” contra a “modernização” na Amazônia

⁷ Os “empates” foram recobertos de inúmeros significados. Inicialmente, denotam uma resistência dos “acreanos” contra o usurpador do seu território, os “paulistas”, posteriormente, indicam a oposição entre “seringueiro” e “fazendeiro”, forjando a formação de uma identidade política dos seringueiros.

A idéia de que a “modernização” - materializada na devastação voraz da floresta amazônica - deveria ser contida, passa a ser defendida com mais vigor, na década de 1980. Nesse período, observa-se um estuendo crescimento das denúncias internacionais contra a ocupação predatória da Amazônia, a maioria delas de autoria de organizações e movimentos ambientalistas. No caso do Acre, além de ficarem mais visíveis os efeitos destrutivos, tanto sociais quanto ambientais, produzidos pela expansão da pecuária extensiva de corte, constatava-se que o tipo de acesso à terra ofertado aos segmentos sociais subalternos, particularmente na forma dos projetos de colonização, criados pelo Incra⁸, geravam mais problemas do que soluções.

O agravamento das crises fiscal do Estado e do regime ditatorial militar, a multiplicação dos movimentos pela democratização em todo território nacional, acabam repercutindo de maneira profunda nas lutas de resistência pela terra. Por um lado, a retração dos incentivos fiscais e financiamentos produzem uma desaceleração na corrida de capitais para a região, por outro, o MSTR começa a contar com novos aliados que emergem das lutas populares. A organização do Partido dos Trabalhadores-PT, que aos poucos vai se consolidando como principal catalisador desses movimentos na esfera da sociedade civil, bem como, o início da aproximação com movimentos ambientalistas, vão reconfigurando a dimensão da resistência. Devemos lembrar que tanto o PT quanto os movimentos ambientalistas tinham em comum naquele período um posicionamento crítico em relação ao Estado e ao “modelo” de desenvolvimento em curso, ambos valorizavam a sociedade civil como *locus* privilegiado de ação.

O modo de lidar com essas transformações no campo efetivo da ação sindical acaba produzindo divergências que resultariam numa cisão do MSTR no estado. Enquanto um grupo majoritário de dirigentes sindicais liderados pelo delegado da Contag, João Maia, opta por privilegiar a atuação na esfera institucional valendo-se dos espaços abertos no âmbito do governo estadual⁹, a direção do STR de Xapuri e CPT, decidem manter-se numa posição de independência, a fim de preservar a autonomia sindical. O STR de Xapuri passa a recusar a adoção dos termos de negociação adotados pela Contag até então. Na avaliação de Chico Mendes além de legítima a usurpação da terra ao reconhecer os latifundiários como proprietários, a saída dos seringueiros para os loteamentos haviam resultado em fracasso absoluto(Linhares,1992).

Dispostas a trilhar novos caminhos, as lideranças do STR de Xapurí abandonavam uma das principais estratégias adotadas pelo sindicalismo acreano até então, qual seja, de garantir sob o modelo de “modernização” vigente um espaço para a pequena propriedade fundiária, nos moldes prescritos no Estatuto da Terra. A questão para eles era a partir daquele momento - mais precisamente a partir do final de 1982, quando Chico Mendes assume a presidência do STR de Xapuri – criar condições políticas que pudessem impedir a continuidade daquele modelo e buscar, simultaneamente, uma alternativa de reforma agrária que atendesse aos interesses da categoria majoritária da base social do sindicato, os seringueiros. É nessa perspectiva que é gestada a proposta de Reserva Extrativista – Resex. Cabe aqui um breve parêntese para uma referência ao conteúdo dessa proposta.

As reservas extrativistas foram instituídas através do Decreto-lei Presidencial nº 98.987/90. No essencial, elas foram pensadas como alternativa para a regularização jurídica das áreas ocupadas tradicionalmente pelos seringueiros e outros trabalhadores extrativistas. Essas terras deveriam ser incorporadas ao patrimônio da União, sendo a regularização do uso mediante critérios estabelecidos de comum acordo pelos moradores dessas áreas. Não existem juridicamente os títulos individuais de propriedade privada, eles são substituídos por outro instrumento jurídico denominado Contrato de Concessão Real de Uso, firmado entre

⁸ Entre 1977 e 1983, o Incra criou no estado do Acre, cinco projetos de colonização com capacidade para assentar aproximadamente dez mil famílias.

⁹ A exemplo do que ocorreu na maioria das unidades federativas, a oposição liderada pelo PMDB venceu no Acre as eleições para o governo estadual em 1982. Adotando o slogan “governo de participação popular” o governo empossado acenava com a promessa de atender diversas demandas sociais reprimidas.

esses moradores e a União, por intermédio de suas organizações representativas. No caso do Acre, seria uma forma de reconhecer o "animus domini" dos seringueiros, isto é, os direitos adquiridos sobre as terras que ocupavam. há várias décadas (PAULA, 2003). Na certeza de que o modelo de "modernização" vigente na Amazônia implicava necessariamente no extermínio dos seringueiros - dado que seu meio de reprodução social, a floresta estava sendo destruída de forma acelerada - as Resex passaram a ser percebidas como o seu contraponto fundamental. Isso fez com que despertasse simpatias e apoios diversos de outros setores da sociedade civil, principalmente de ONGs e movimentos ambientalistas, que protestavam contra a devastação da Amazônia.

As Resex passaram a ser consideradas, particularmente pelos seringueiros de Xapuri, como a "reforma agrária dos seringueiros". Tanto no plano político, quanto na sua dimensão simbólica, os inúmeros e freqüentes "empates" realizados nos seringais daquele município na década de 80, expressaram uma vontade de bloquear aquele modelo de "modernização". Foi a sua face ecológica, expressa nas preocupações com a conservação das florestas, que abriu as fronteiras nacionais e internacionais para a divulgação da luta daqueles seringueiros. A difusão das idéias desse movimento para outros estados da Amazônia via fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros¹⁰ em 1985 e os desdobramentos daí resultantes, influenciaria de forma decisiva os rumos do sindicalismo no Acre. A estratégia inicial do CNS, teve como núcleo central a tentativa de "universalizar", a partir de Xapuri, a luta de resistência dos seringueiros. Em vez de lutar pelo "cumprimento das leis", a questão passa a ser a de mudar as leis para garantir a satisfação dos interesses da base social do MSTR.

Em linhas gerais, propunha-se como alternativa para o desenvolvimento regional, uma inversão na lógica de apropriação dos recursos naturais: a natureza deixaria de estar subordinada aos interesses imediatos dos capitais privados e passaria a ser incorporada como um bem público, cuja utilização deveria levar em conta tanto as demandas sociais das populações da região, quanto as preocupações mais abrangentes acerca da importância da conservação daquela paisagem para o planeta. Desse modo, o Estado passa a constituir-se em referência central para atuar na reversão do modelo em curso, conforme demonstra o esboço inicial da proposta de reserva extrativista, sintetizado a seguir.

A terra não deve constituir-se em objeto de apropriação privada, deve ser regularizada juridicamente na forma de um patrimônio público, sob a guarda do Estado. Cabe a este, assegurar as condições necessárias para que os ocupantes desses territórios (seringueiros, ribeirinhos e demais populações existentes nestas áreas) possam permanecer ocupando-os. Tal permanência, requer necessariamente, a adoção de um conjunto de políticas públicas voltadas tanto para a elevação dos níveis sociais de vida e renda dessas populações quanto para a proteção do meio ambiente. Como a floresta é dotada de um potencial de exploração ainda largamente desconhecido, cabe no longo prazo desenvolver pesquisas com intuito de ampliar esses conhecimentos e gerar novas tecnologias para uma utilização "sustentável" desses produtos. No curto prazo, deve-se priorizar a adoção de incentivos (na forma de subsídios) àqueles produtos como borracha e castanha, habitualmente explorados pelas populações que vivem na floresta. Cabe ressaltar, que a exploração de madeira para fins comerciais é absolutamente descartada nesse esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista (PAULA, 2003).

Compõe ainda esse conjunto de proposições iniciais, o incentivo as populações dessas áreas, para criarem ou fortalecerem suas organizações representativas, particularmente o cooperativismo e o sindicalismo. Os objetivos orientam-se para a necessidade de extirpar o processo de exploração à que esses trabalhadores submetem-se secularmente como pilar de sustentação das relações mercantis. Isto é, a possibilidade de elevar os níveis de renda através da redução da cadeia de intermediação. No caso da

¹⁰ A formação do CNS coincidiu com a emergência de outros movimentos sociais no campo nos anos 80, Como o MST, Movimento dos Atingidos pelas Barragens etc. A esse respeito, ver entre outros: Grzybowski (1987; 1989); Almeida (1989); Paula (1991); Gonçalves (1998); Esteves (1999); Silva (2001).

organização sindical, os objetivos estariam mais direcionados para coordenar a gestão nas resex visando assegurar o máximo possível de autonomia política desses trabalhadores. Ou seja, procurava-se construir "por baixo" a sustentabilidade econômica sociocultural e política da resex. Diferentemente do "modelo" defendido anteriormente pela Contag, neste não teria lugar nem para os pecuaristas, nem para as oligarquias regionais vinculadas a economia mercantil; por isso, essas forças reagem violentamente contra essa proposta (PAULA, 2003).

Havia o entendimento de que isoladamente não seria possível levar a cabo pretensões, que naquele período, pareciam praticamente impossíveis. A criação do CNS, além de expressar uma tentativa de ir além dos limites da ação sindical, indicava a busca necessária de um arco mais amplo de alianças políticas (regional, nacional e internacional) a fim de enfrentar aquela batalha na proporção que requeria. Contudo, a partir dos anos 90, o deslocamento progressivo das estratégias de desenvolvimento adotadas pelos diferentes atores sociais para a esfera do mercado, acabaria modificando substancialmente as concepções e práticas que fundamentaram inicialmente a proposta de resex.

Da resistência pela terra à re-existência sob a mercantilização da natureza

Como sabemos, o assassinato de Chico Mendes - principal liderança do MSTR no Acre - em dezembro de 1988, produziu grande repercussão internacional. Esse fato, somado ao processo de "reformas do Estado" desencadeado em meados da década de 1990, acabou exercendo influências significativas no tratamento da questão agrária/ambiental no estado. Seja no âmbito da mediação dos interesses desse campesinato ou na formulação e implementação de políticas públicas. No primeiro caso, deve-se chamar atenção para três fenômenos que interferiram diretamente na condução do MSTR: o primeiro, relaciona-se com o extraordinário crescimento da influência Conselho Nacional dos Seringueiros, não só no Acre, mas em vários estados da Amazônia. Graças a uma forte articulação internacional com organizações e movimentos ambientalistas, o CNS acabou atraindo muitas doações a "fundo perdido" para investimento em projetos de "desenvolvimento comunitário", que iam desde apoio a comercialização de produtos extrativos, construção de agroindústrias, até a formação de lideranças sindicais e comunitárias. Abriu ainda na esfera governamental, um canal de interlocução centralizado nas instituições ligadas ao meio ambiente.

O segundo fenômeno, pode ser apontado na confluência de dois movimentos: multiplicação das ONGs e as mudanças na base social do sindicalismo. As Organizações Não Governamentais-ONGs, ampliaram largamente sua atuação no estado, a exemplo do que ocorreu nas demais unidades federativas da Amazônia e do país. As ONGs mais "antigas" mudam seu perfil, deixam de colocar-se na condição de "assessoras" do MSTR e passam, juntamente com as novas concorrentes, projetar-se numa posição de mediadoras dos interesses das diversas "comunidades" que mantinham com elas vínculos permanentes ou esporádicos. Esse incremento da participação das ONGs, coincide com inúmeras transformações na base social do sindicalismo: a) ampliação do acesso à terra e do número de assentados; b) maior diferenciação social no seio desse campesinato; c) recuo da Igreja Católica no processo de "formação política" junto as comunidades seguida de um crescimento acelerado da presença das igrejas evangélicas no mundo rural e urbano; d) multiplicação das associações de agricultores e cooperativas - afim de obterem acesso as linhas de crédito oficiais -; e) criação de agroindústrias etc. (Paula et al; 2004).

O terceiro fenômeno, está relacionado com o crescimento do Partido dos trabalhadores no estado. Após a vitória eleitoral na prefeitura da capital, Rio Branco, esse partido põe em marcha uma estratégia arrojada para chegar ao poder executivo, e o faz através de uma ampla aliança que elegeu Jorge Viana governador em 1998 e o reelegeu em 2002. Motivo de divisão do sindicalismo nos anos 80, o PT na década seguinte acaba se constituindo em fator de reunificação desse movimento. Logo no início dos 90, a Federação é retomada por lideranças ligadas ao partido e todas as direções sindicais acabaram seguindo o mesmo caminho. Atualmente, dos 22 municípios acreanos, 18 possuem STRs

organizados. Enquanto nos anos 80, o PT afirmava como princípio a liberdade e autonomia sindical, nos anos 90, já capturado pelo poder oligárquico no Acre, o partido submete as direções sindicais a uma férrea subordinação a estrutura partidária e posteriormente, as instituições governamentais.

Dada a exiguidade do espaço, não será possível analisar com o devido rigor as implicações dos fenômenos supracitados nos desdobramentos da luta de resistência pela terra. Por ora, pode-se afirmar o aparentemente óbvio: eles concorreram no seu conjunto para fragilizar a luta de resistência pela terra. O que não parece óbvio contudo, é o fato de constatar que foi nesse momento de maior fragilização que ocorreram as maiores conquistas no que diz respeito ao reordenamento da estrutura fundiária, conforme ilustram os quadros 2 e 3, em anexo. Uma explicação plausível que encontramos para essa aparente contradição, foi interpretar esse fato sob o ponto de vista interno, como resultado do “capital político” acumulado por esse sindicalismo na sua trajetória de lutas no estado, sob o ponto de vista externo, acreditamos que as pressões internacionais vinculadas à área ambiental por um lado e por outro, as pressões exercidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, que apesar de não se fazer presente fisicamente no Acre, foram decisivas para pautar o tema da reforma agrária no país nos anos 90 e forçar o governo a tomar medidas nesse campo(PAULA, 2003).

Os dados apresentados nos quadros 2 e 3, quando comparados com aqueles apresentados no Quadro 1, revelam nitidamente o aumento expressivo do acesso à terra aos segmentos sociais subalternos - seja na forma de assentamentos do Incra seja mediante direito de uso nas unidades de conservação ambiental – demonstrando a magnitude das conquistas do MSTR na sua trajetória de lutas de resistência pela terra. É preciso chamar atenção contudo, para os riscos de chegarmos a conclusões triunfalistas a partir desses dados. Em outra palavras, quando consideramos outras variáveis observamos que tal triunfalismo não se sustenta.

Em primeiro lugar, as terras cadastradas de domínio privado estão ainda altamente concentradas: cerca de 85% dos imóveis situados na faixa inferior a 100 ha ocupam apenas 20,5% do total das terras cadastradas, enquanto 3,24% daqueles situados na faixa superior a 1000 há ocupam aproximadamente 70% da área total cadastrada. Vale ressaltar que essa concentração pode aumentar ainda mais após a conclusão da discriminação judicial dos imóveis situados na faixa superior a 10000 há, que somam 1.660.478 há. Além do mais, trata de uma região que experimenta um tortuoso e inacabado processo de expansão de fronteira, a expansão acelerada do agronegócio da Soja no Mato Grosso e Rondônia, têm refletido diretamente na elevação dos desmatamentos no Acre para acomodação da pecuária expulsa das áreas ocupadas pela soja. Os efeitos imediatos aparecem no reaquecimento do mercado de terras e na multiplicação dos conflitos fundiários. De acordo com dados recentes do Incra(2004), existem 17 áreas de “tensão e conflitos fundiários”, elas somam 373 mil há e envolvem aproximadamente 3 mil famílias.

A pecuária extensiva de corte e exploração predatória de madeira são as atividades que mais cresceram nos últimos trinta anos (Paula, 2003). Em termos demográficos, houve um forte incremento da população urbana, passou de 30 para 70% da população do estado (IBGE, 2000), dada a inexistência de um setor agroindustrial relevante, o setor público, comércio, prestação de serviços e a economia informal constituem-se nas principais opções de ocupação dessa força de trabalho, agravando-se assim, a dramaticidade do processo de exclusão social no estado, como mostram Pochmann & Amorin (2003).

Em segundo lugar, como vimos na seção anterior, na perspectiva do MSTR nos anos 80, esta reconfiguração requisitaria uma participação ativa do Estado. Ou seja, a adoção de um amplo e articulado leque de políticas públicas, envolvendo desde pesquisas para geração e transferência de novas tecnologias até a dotação de infra-estrutura social e produtiva, tendo como horizonte, a superação de mero exportador de matéria-prima barata. Para tanto, requeria-se adoção de políticas de médio e longo prazos orientadas para o desenvolvimento de um setor agroindustrial altamente diferenciado regionalmente. Tal perspectiva envolve a combinação de um conjunto de fatores de ordem econômica sociocultural e política para sua concretização. Como mostra Moreira (1995: 105,

110) esse processo de expansão da fronteira e os "embates associados à expropriação da terra na Amazônia têm a ver com a dinâmica do capitalismo contemporâneo e a territorialização de seus interesses: a biodiversidade é um deles". Assim, destaca, entre outros, a necessidade de aprofundar as reflexões sobre o significado do que ele chama de "renda da natureza", uma vez que

As expectativas, frente ao futuro, postas pela ciência dos ecossistemas, pela biotecnologia e pelos movimentos ambientalistas tendem a levar a revalorização da natureza e dos direitos de propriedade à ela associada. Podem colocar novos limites ao uso privado da natureza. [...] Esse campo sócio-cultural e a nova ordem capitalista podem abrir espaço para uma revalorização do saber e do fazer camponês e, até, a uma ampliação do setor camponês no contexto da sociedade. A perspectiva histórica, no entanto, coloca: esta revalorização camponesa só tende a se viabilizar se a apropriação deste conhecimento significar ganhos nas esferas da acumulação capitalista.

Ao analisarmos o conteúdo das estratégias "alternativas de desenvolvimento"¹¹ adotadas pelos diversos agentes sociais e instituições governamentais atuantes nas unidades de conservação de domínio público e demais áreas reformadas no Acre, podemos constatar a confirmação da segunda proposição de Moreira e a negação da primeira. No que se refere a "revalorização do fazer e saber camponês" a experiência de Xapurí - considerada uma das principais "vitrines" do CNS nos anos 90 – revela que ele têm sido progressivamente secundarizado em função das "exigências do mercado". A fim de ajustar-se a tais "exigências" os seringueiros têm sido incentivados a substituir as atividades ligadas a extração do látex por outras mais rentáveis, como a exploração de madeiras, via "projetos de manejo comunitário" e incremento da pecuária. Assim, uma parcela desses seringueiros ao aceitarem as supostas "determinações do mercado" como referência, ingressaram numa escala crescente de mercantilização da natureza, cujo ápice, foi a aceitação de exploração de madeiras para fins comerciais no coração da luta de resistência travada pelo STR: a área do Seringal Cachoeira, atualmente Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (PAULA, 2003).

Sobre os "limites ao uso privado da natureza" têm-se observado uma tendência oposta, isto é, a intensificação do uso privado da natureza. Essa privatização ocorre por um lado, via expediente tradicional de grilagem de terras, na avaliação de Rodrigues (2004) na década de 1990, houve um crescimento da grilagem na Amazônia. Por outro, se legitima através da desregulamentação, vejamos alguns exemplos: 1) as mudanças no Sistema Nacional de Unidades de Conservação –SNUC, particularmente o Art 17 do Capítulo V, retira a autonomia das comunidades para decidir sobre plano de uso dessas áreas, um dos objetivos dessa alteração é forçar a aprovação dos "planos de manejo comunitário" para exploração madeireira; 2) A aprovação no Acre da Lei Estadual n° 1.426 de 27 de dez 2001 que institui a concessão de florestas públicas para exploração de madeiras por empresas privadas. Projeto de Lei similar está sendo encaminhado atualmente (outubro de 2004), ao Congresso Nacional por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente; 3) Criação dos Projetos de Assentamento Florestais-PAFs para exploração privada de madeira em larga escala nas terras públicas. No Plano Regional de Reforma Agrária do Acre(2004-2007) serão destinados cerca de 400 mil ha de florestas para implantação desses projetos. Os exemplos supracitados parecem não deixar dúvidas sobre a escalada de privatização e mercantilização da natureza que preside as estratégias de desenvolvimento vigentes na região. Sob este ângulo, a incorporação de uma grande parcela do território acreano ao patrimônio público – na forma de "unidades de conservação de uso sustentável", não

¹¹ Para Pietrese (1998), essas estratégias de "desenvolvimento alternativo", foram gestadas principalmente no campo de atuação dominado pelas ONGs. Caracteriza-se pela valorização de uma atuação política verticalizada de "baixo" para "cima", privilegiando critérios ligados entre outros a sust. ambiental.

significa necessariamente um avanço na reversão da insustentabilidade do estilo de "modernização" desencadeado na década de 1970.

Com o exposto, pretende-se salientar que o tipo de reordenamento da estrutura fundiária no Acre, longe de criar obstáculos, pode concorrer efetivamente para intensificar a exploração capitalista dos bens naturais. A fim de fundamentar essa assertiva, recorreremos as formulações de dois autores que têm ainda muito a nos dizer sobre esse problema. De acordo com Marx (1985), a propriedade fundiária permite que o valor excedente sobre o preço da produção seja transferido a uma classe que não tem função social nenhuma dentro do modo de produção capitalista. É a renda da terra que permite a realização econômica da propriedade fundiária. É, ainda, esta renda que nos aponta o paradoxo do preço da terra, à medida em que a terra, por não ser fruto do trabalho humano, não possui valor em si e que é a sua apropriação privada que lhe confere um preço e a transforma, no modo de produção capitalista, em mercadoria.

Sob essa perspectiva, a propriedade privada da terra se constitui num forte obstáculo para a expansão do capitalismo no campo. Por isso, Lênin via na nacionalização das terras a possibilidade de eliminar estas limitações. Para Lênin,

[...] o problema da nacionalização da terra na sociedade capitalista se divide em duas partes essencialmente distintas: o problema da renda diferencial e da renda absoluta. A nacionalização muda o possuidor e elimina a existência da segunda. Por conseguinte, a nacionalização é, por um lado, uma reforma parcial, dentro dos limites do capitalismo, uma mudança de possuidor de uma parte da mais-valia e, por outro, é a abolição de um monopólio que obstaculiza o desenvolvimento do capitalismo no seu conjunto. (LÊNIN, 1975: 342)

Como sabemos, no caso brasileiro o monopólio da propriedade fundiária não se constituiu em obstáculo ao desenvolvimento capitalista, portanto a nacionalização das terras na Amazônia – via criação de unidades de conservação de domínio público - no período recente teve inicialmente outros sentidos. Ao mesmo tempo em que buscava satisfazer demandas de cunho sócio-ambiental o Estado procurava resguardar sua soberania no tratamento das questões ambientais na Amazônia. Porém, as políticas de desregulamentação e privatização que passaram a nortear as “reformas do Estado” a partir de meados da década de 1990, modificaram completamente aquele sentido inicial: ao invés de resguardar a natureza na forma de patrimônio público estatal, passa a ofertá-la aos capitais privados, na forma de concessão de uso, para exploração de matéria-prima de alto valor, como as madeiras nobres. Desse modo, a eliminação do pagamento da renda absoluta acaba favorecendo amplamente a expansão das atividades da indústria madeireira na Amazônia. Era tudo que os grandes capitais privados queriam: explorar o máximo possível os recursos naturais e investir o mínimo necessário para alcançar tal fim. As unidades de conservação concorrem para este fim à medida que disponibilizam largas faixas territoriais a exploração predatória sem que haja a necessidade de imobilização de ativos financeiros na aquisição de terras.

Deve-se lembrar, que há uma enorme distância entre o enfoque crítico que orienta as proposições para um outro estilo de desenvolvimento na Amazônia,¹² e o modo como essa questão é apropriada no âmbito de organismos multilaterais como o Banco Mundial. Enquanto no primeiro caso valorizava-se a dimensão pública da conservação da paisagem natural e sua indissociabilidade com a resolução dos problemas socioeconômicos da população, na segunda, a lógica é inversa. Isto é, a referência desloca-se do público para o privado, conforme revela claramente a "Matriz de Assistência ao País -1998-2000" elaborada pelo Banco Mundial, ao definir "uma abordagem econômica na determinação das prioridades ambientais e estratégias de gerenciamento de custo benefício" (VIANA Jr;1998).

Como o Banco Mundial ampliou significativamente sua influência na Amazônia nos anos 90, a crença no tratamento das questões ambientais sob a lógica do “mercado”-

¹² Referimo-nos especificamente à linha adotada pela vertente crítica do sindicalismo rural no Acre, liderada pelo STR de Xapuri nos anos 80.

preconizada na sua "matriz"- passou a ser amplamente aceita, seja na esfera governamental, seja entre os segmentos sociais "organizados" da sociedade civil. Isso não implica necessariamente na suposição de que não haja resistência no âmbito do campesinato no Acre. Em entrevista concedida recentemente ao Jornal Empate (www.empate.org) Osmarino Amâncio(ex presidente do STR de Brasiléia e contemporâneo de Chico Mendes no CNS) revela que apesar da cooptação das direções sindicais e do CNS pelo governo e das pressões exercidas para ampliar a exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, essa proposta têm sido repetidamente derrotada nas assembléias do STR de Brasiléia. Enfim, é possível que essas insatisfações possam resultar em movimentos reativos a privatização e a essa nova ofensiva na mercantilização da natureza, a exemplo do que vêm ocorrendo nos países vizinhos, Bolívia e Peru.

Conclusão

Procuramos mostrar ao longo desse artigo, que a trajetória do MSTR no Acre têm sido marcada por conquistas, mas também, por retrocessos de grande magnitude. Entre as conquistas mais importantes destacaríamos àquelas associadas a redefinição do conceito de uso social da terra que resultaram na criação de reserva extrativista, influenciando não só o reordenamento territorial no estado, como também, outros movimentos de resistência na Amazônia. A Ampliação do acesso a propriedade da terra e ao conjunto de políticas públicas que demandaram, bem como, sua inserção ativa no cenário regional como força política capaz de influenciar o processo decisório, complementam tais conquistas de uma forma mais ampla. Em se tratando dos retrocessos, pontuaria o que consideramos fundamental: sujeição de forma passiva às políticas de privatização e desregulamentação do uso do patrimônio natural na região, dado que tais políticas representam um golpe mortal nos princípios que nortearam as inovações mais notáveis desse sindicalismo, materializadas no conceito de reservas extrativistas. Tal retrocesso, decorre entre outros, da absoluta perda de autonomia desse movimento, que têm atuado a partir do final dos anos 90, como "correia de transmissão" das políticas ditadas por instituições governamentais e agentes financeiros internacionais como Banco Mundial e BID.

Das indagações que podem ser extraídas desse breve e provisório balanço do MSTR no Acre, a que nos parece mais instigante é a seguinte: considerando-se os limites presentes no contexto particular e àqueles de ordem mais geral (aprofundamento da exploração capitalista e da destruição da natureza, bem como, da crise de representação instituídas nos regimes democráticos liberais), seria plausível esperar algo mais além do que foi realizado por esse sindicalismo? Embora as pesquisas realizadas até o momento sejam ainda insuficientes para apresentar uma resposta satisfatória, arriscaríamos a seguinte proposição: se estivermos captando adequadamente os sinais que emanam de diferentes lugares do Acre e dos países vizinhos(Bolívia e Peru), supomos que existem boas razões para acreditar que está em marcha uma nova "onda" de resistência e não apostaria muitas fichas no sindicalismo como seu catalizador, é provável que se formem movimentos reativos com outras características.

Anexos

Quadro 1: Terras cadastradas no Acre(1970 -1980)

Área (ha)	1970				1980			
	Nº de imóveis		Área Cadastrada		Nº de imóveis		Área Cadastrada	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)

1 a 100	2.807	72	71.946,4	1,77	7.591	68,89	325.667,4	2,74
101 a 1000	526	13,67	187.767,2	4,63	2.229	20,23	630.372,2	5,32
1001 a 9.999	396	10,29	971.348,6	23,97	990	8,98	1.717.723,3	14,50
Acima de 10.000	118	3,06	2.820.608,9	69,61	208	1,88	9.169.134,9	77,42
Total	3.847		4.051.671,1		11.018		11.842.898,2	

Fonte: Cadastro do INCRA(SR 14)

Quadro 2: Configuração da estrutura fundiária do Acre

Denominação	Área (ha)	(%) do Estado
Projetos de Assentamento e Colonização	1.588.931	9,62
Terras Indígenas	2.167.176	13,2
Unidades de Conservação de Proteção Integral	1.615.815	9,78
Unidades de Conservação de Uso Sustentável	4.042.074	24,43
Áreas Discriminadas pelo Incra	4.176.064,6	24,9
Áreas da união não Destinadas	824.066	4,99
Áreas para estudo de Discriminação	1.660.478	9,93
Outras: Áreas Urbanas, militares, estaduais, etc	444.659	2,69

Fonte: Incra, 2004

Quadro 3: Terras cadastradas no Acre(1970 -2004)

Área (ha)	1970				2004			
	Nº de imóveis		Área Cadastrada		Nº de imóveis		Área Cadastrada	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
1 a 100	2.807	72	71.946,4	1,77	16.980	84,98	859.298,1	20,5
101 a 1000	526	13,67	187.767,2	4,63	2331	11,66	406.010	9,7
1001 a 9.999	396	10,29	971.348,6	23,97	484	2,42	1.645.449	39,4
Acima de 10.000	118	3,06	2.820.608,9	69,61	165	0,82	1.265.696	30,3
Total	3.847		4.051.671,1		19.980		4.176.064,6	

Fonte: Cadastro do INCRA, 2004

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo W. Universalização e Localismo Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. Revista da ABRA. (Campinas), Ano 19 Nº 1 1989.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader & Gentili (Orgs.) Pós-Neoliberalismo as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1995.

BENJAMIN César [et al]. A Opção Brasileira. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.

BRUNO, Regina L. Senhores da Terra, Senhores da Guerra: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro, Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

DELGADO, Nelson G. A Agricultura nos Planos de Desenvolvimento do Governo Federal: do Plano Trienal ao III PND. Porto Alegre, 1985, mimeo.

ESTEVES, Benedita M. Do "manso" ao guardião da floresta. Estudo do processo de transformação social do sistema seringal a partir do uso da Reserva Extrativista Chico Mendes. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1999 (Tese de Doutorado).

GONÇALVES, Carlos V. (1998), Geografando nos varadouros do mundo - da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à reserva extrativista. Tese de Doutorado. Dep. de Geografia da UFRJ. Mimeo.

GRYBOWSKY, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no campo. Petrópolis, Vozes 1987.

_____ O Testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

HIRSCHMAN, A. O. Auto Subversão: teorias consagradas em cheque. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo, Companhia das Letras 1996.

IBGE (1998). Censo Agropecuário de 1995-1996: Acre, Roraima e Amapá. Nº 03. Rio de Janeiro. CDDI/IBGE.

INCRA. Plano Regional de Reforma Agrária de 2004 – 2007: Rio Branco-AC, 2004.

INCRA. Situação Cadastral dos Imóveis do Acre. Rio Branco-Ac, 2004

LESSA, Carlos. "A estratégia de desenvolvimento 1974 -1976 - Sonho e fracasso", Tese de Titular apresentada à FEA/UFRJ, 1978.

LÊNIN, Vladimir. El programa agrário de la socialdemocracia. In: Lênin, Vladimir. Obras Escojidas. Buenos Aires: Cartago, 1975, v. 4

LINHARES, Luci P. Animus Domini: uma análise da política de discriminação de terras públicas no Acre Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1992 (Dissertação de Mestrado)

MALUF, R. S. Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico. ESTUDOS/ CPDA Nº 15. Rio de Janeiro, 2000.

McCORMICK, John. Rumo ao Paraíso. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1992.

MEDEIROS, Leonilde. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza/SNUC. Brasília, 2004. 5ª edição

MÉSZÁROS, Istivan. Para Além do Capital. Ed Unicamp e Boitempo Editorial, 2002.

MOREIRA, Roberto. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, jul. 1995(Estudos, nº 4)

MUZIO, Gabriele. A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver a coerência do processo. In: Oliveira Francisco e Paoli Maria C. (Organizadores). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.

PAULA, Elder A. Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1991. (Dissertação de Mestrado)

_____, Elder A. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS & LEITE (orgs.). A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____, Elder A. Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2003. (Tese de Doutorado).

PAULA, Elder(et al) A. Assentamentos rurais no Acre: nos labirintos da modernização capitalista. In:MEDEIROS E LEITE(Orgs) Assentamentos Rurais, mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

PIETERSE, J. M. My paradigm or yours? Alternative development, post development, reflexive development. Development and Change, (29):343-373, 1998.

PINTO, Luzia. A Contag: uma organização contraditória. Brasília: UnB, 1978. (Dissertação de Mestrado).

POCHMANN&AMORIN (orgs).Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo. Cortez, 2003.

SACHS Wolfgang. A crise da política e sua recriação democrática In: DEMOCRACIA VIVA/lbase. n.1 Rio de Janeiro 1997.

SANT'ANNA, Marcílio R. Os Imperadores do Acre: Uma análise da recente expansão capitalista na Amazônia. Brasília: UnB/ICH/PPGS, 1998. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Adalberto. Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais; especulação fundiária e disputa pela terra. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982. (Dissertação de Mestrado) Mimeo).

SILVA, J. Graziano. A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1983.

_____. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas, UNICAMP. IE. 1996.

SILVA, J. Porfiro (1998). Preservação e sutileza: A Política de desenvolvimento do Governo do Acre (1987-1990). Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA,(Dissertação de Mestrado).

SILVA, Francisco B. As raízes do autoritarismo no executivo acreano -1921/1964. Dissert. de Mestrado apresentada na UFPE. (2002) mimeo

SILVA, Mauro R. Sindicato em Movimento: Representação Política e os interesses do STR de Xapuri. Dissert. de Mestrado apresentada no CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro (2001). mimeo.

VELHO, Otávio G. Capitalismo Autoritário e Campesinato. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIANA Jr. Aurélio (org) A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil. Análise crítica e documentos inéditos. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998.

VINCENT, Andrew. Ideologias Políticas Modernas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista. Rio de Janeiro. Contraponto, 2001.

SACHS Wolfgang (org.). Dicionário do Desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 2000.

SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia. 8ª ed. São Paulo: Best Seller/ Circulo do Livro, 1994.